



RELATÓRIO DOS ENCAMINHAMENTOS DO ENCONTRO E PLENÁRIA NACIONAL DO SETOR FEDERAL DA CNTSS

Com as participações de 103 dirigentes representantes dos Sindicatos Federais dos Estados de AL, PE, PB, SE, MS, MA, GO/TO, RJ, SP, BA e do DF foi realizada, no Centro de Formação e Lazer do SINDPREV PE, na cidade de Recife (PE), a primeira Plenária do Setor Federal de 2017 da CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social.

O evento, que aconteceu em 10 de fevereiro, teve início com a realização dos Encontros Setoriais. Foram reunidos servidores do "ex-MPS", cedidos para RFB e AGU, Juntas de Recursos do Seguro Social e INSS. No Encontro dos servidores do Ministério da Saúde participaram servidores do DENASUS, NEMS, cedidos aos estados e municípios.

1. PROPOSTAS DO GRUPO DA SAÚDE E TRABALHO

- Implantação da mesa de negociação do Ministério do Trabalho;
- Encontro dos servidores do Ministério do Trabalho (CNTSS/CUT e CONDSEF);
- Criação, por meio de Lei, dos Comitês (Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho);
- Buscar junto as entidades nacionais rever as horas não trabalhadas na greve de 2010/2015 do Ministério do Trabalho;
- Rever a Portaria de Liberação dos servidores para atividade sindical;
- Pauta com revisão salarial;
- Reestruturação das tabelas do Ministério da Saúde (PST);
- Implementação total do Protocolo de Cedência;
- Realização de seminário da GEAP Previdência e da PREVIC. Os estados devem levantar peculistas que foram excluídos por inadimplência;

- Campanha de defesa das 30 horas semanais na Seguridade Social (resgatar a portaria do RJ);
- CNTSS/CUT deve organizar audiência com a direção da EBSERH/MA para tratar da implantação de exigência para os diaristas que fazem 30 horas de trabalhar nos feriados;
- Relacionar as pessoas que não assinaram a opção dos 47,11% e encaminhar para a CNTSS/CUT;
- Inserir no relatório final a situação da reestruturação dos servidores e divisões de auditoria transformadas em seção (DENASUS) – ofício 003 UNASUS e exposição de motivos anexo;
- A reversão dos artigos revogados na Medida Provisória nº 765/16 que tiram dos servidores do DENASUS as suas atribuições. Assegurar aos servidores suas atividades e evitar a extinção do órgão;
- Unificar com a CUT todas as campanhas que pretendam abordar a Reforma da Previdência;
- CNTSS/CUT deve solicitar audiência com a presidência nacional da FUNASA para tratar dos problemas com PPP (Perfil Profissional Previdenciário) dos servidores da saúde indígena;
- Exigir do governo abertura de concurso público para os ministérios da Saúde e do Trabalho;
- Criação de uma Comissão (comitê) das condições de trabalho de cada local de trabalho, principalmente nos NEMS, e dar encaminhamentos no MP e demais autoridades, com representação do MS, CNTSS/CUT e sindicatos estaduais;
- Rever o valor de contribuição do governo a GEAP (per capita) e CAP SAÚDE;
- Criação das Mesas Estaduais, onde não existam, para negociar soluções dos problemas específicos das condições de trabalho, assédio moral e cedidos;
- Fazer levantamento dos problemas não resolvidos nas Mesas Locais para apresentação na Mesa Nacional de Negociação;
- Criação do GT de saúde indígena na Mesa Setorial do Ministério da Saúde;
- Debater dentro da Mesa Setorial do Ministério da Saúde a situação dos trabalhadores da FUNASA;
- Ações gerais de enfrentamento ao governo Temer:
 - * 08 de março = dia de debates e mobilizações sobre os prejuízos da Reforma da Previdência para as mulheres;
 - * 15 de março = dia nacional de paralisação contra a Reforma da Previdência;
 - * Buscar realizar nos municípios e estados Audiências Públicas de discussão

da Reforma da Previdência;

- * Denunciar os parlamentares que estão apoiando a proposta de Reforma da Previdência do governo Temer.

2. PROPOSTAS DO GRUPO DO INSS E PREVIDÊNCIA

- * Incluir na carreira do seguro social os servidores da APE e Juntas;
- * Fortalecer as Juntas de recursos/CRPP;
- * Recriação do ministério da previdência;
- * Adicional de qualificação para os servidores quem possuem nível superior (incluir aposentados);
- * Buscar junto ao INSS participação no conselho gestor da carreira do seguro social;
- * Incorporação da GDASS;
- * Paridade entre técnicos e analistas (aprovar na plenária e levar para debate na base até o dia 15 de março);
- * Instalação e com uma agenda e calendário de funcionamento dos grupos de trabalho da IMA/GDASS e REAT.

3. PROPOSTAS DO SERVIÇO SOCIAL DO INSS

- * Fortalecimento do Serviço Social do INSS, enquanto Serviço Previdenciário de direito dos trabalhadores e trabalhadoras, mediante:
 - * 1. Retorno das Representações Técnicas Regionais do Serviço Social nas Superintendências Regionais;
 - * 2. Ampliar o quadro de assistentes sociais lotando no mínimo 1 (um) profissional nas Agências da Previdência Social que ainda não tenham

assistente social em seu quadro de servidores;

- * 3. Realização de concurso público para suprir o quantitativo necessário de assistentes sociais;
- * 4. Possibilitar as condições materiais, técnicas e éticas de trabalho, assim como a autonomia técnica para a execução das ações profissionais, conforme estabelecido no artigo nº 88 da Lei nº 8.213/91 e na Matriz Metodológica do Serviço Social;
- * 5. Respeito às especificidades técnicas do trabalho profissional, conforme disposto no Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão de nº 8662/93;
- * 6. Autonomia para a escolha pela categoria do Serviço Social do INSS das suas representações técnicas nas Gerencias Executivas, nas Superintendências Regionais e na Direção Central – Divisão de Serviço Social.

4. Plano de Lutas Gerais:

- * Participação ativamente nas atividades do dia 08 de março junto com a CUT;
- * 15 de março: dia nacional de luta;
- * 07 de abril: dia nacional de luta
- * 28 de abril: dia de luta nacional em memória as vítimas de acidente de trabalho;
- * 1 de maio: participar das manifestações da CUT, propor que o eixo seja a temática da reforma da previdência e trabalhista.

5. PROPOSTAS APROVADAS QUE FORAM RESGATADAS DA PLENÁRIA REALIZADA EM MAIO DE 2015.

- * Observatório do Trabalho:

Criação de Observatório do Modelo de Gestão: com o objetivo monitoramento a participação dos servidores na elaboração do Plano de Ação do INSS, estudos do adoecimento e afastamentos dos servidores, além da produção de uma Cartilha informativa/formativa do Modelo de Gestão e Plano de Ação do INSS. Nos estudos de adoecimento e afastamento também indicou que fosse feito na Seguridade Social;

- * Sindsprev – PE fazer ponte com a UNB em razão da pesquisa já realizada.
- * Cursos de Formação:

Foi aprovado a realização de dois cursos de formação, sendo um sobre o Modelo de Gestão e Assédio Moral e um segundo de Negociação Coletiva.

- * Elaboração da Cartilha: informativa/formativa do Modelo de Gestão e Plano de Ação do INSS; monitorar o Plano de Ação 2017 a partir da nova realidade dos processos de trabalho, a citar Meu INSS, INSS Digital, tele trabalho, desmonte do trabalho do serviço social e da reabilitação profissional, descentralização dos BPCs para as secretarias estaduais e municipais;
- * Levantamento pelos Sindicatos Estaduais a respeito da elaboração e implementação das Metas do Plano de Ação;
- * Plantões Semanais dos Sindicatos em BSB, conforme já aprovado em Plenária, ou seja, dois estados, sendo um diretor da CNTSS/CUT e o outro da direção do Sindicato – podendo contar com a participação/colaboração de servidores da base do sindicato no referido plantão;
- * Incorporação da Gratificações Desempenhos: realizar um seminário nacional;
- * Contratar um Jornalista para o Escritório da CNTSS/CUT em BSB;
- * Agilidade das informações das audiências e reuniões realizadas em tempo ágil se possível real, e que sejam divulgadas imediatamente na página da CNTSS/CUT;
- * Os diretores que estiverem de plantão só retornarem aos estados após elaboração de relatório das reuniões/audiências que os mesmos participarem;
- * Criar um grupo de WhatsApp dos jornalistas dos sindicatos em articulação com o assessor da CNTSS/CUT e diretores do setor federal que estão na CNTSS/CUT para trocar informações;
- * Sugerido aos sindicatos realizarem momentos de discussão nas APS com os segurados sobre a Reforma da Previdência;
- * Criar grupo nacional com os participantes da Plenária para troca de informação EXCLUSIVAMENTE sindical das questões da CNTSS/CUT. Novos participantes poderão ser incluídos, sob administração do responsável estadual;
- * Criar aplicativo da CNTSS/CUT para divulgação das ações e informações em tempo real;

6. ENCAMINHAMENTOS DO DEBATE SOBRE A GEAP:

Irineu inicialmente realizou resgate de todo seu período de Conselho e do golpe que a GEAP também sofreu pelo governo Temer, que resultou, entre outras coisas, na sua destituição do cargo de presidente do CONAD. Destacou ainda que a GEAP encontra-se no processo de eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A plenária, fruto do debate, aprovou os seguintes encaminhamentos:

- * Divulgar na base a realização da eleição, importância da participação e a chapa que a CNTSS/CUT está apoiando no pleito;
- * Oficializar o apoio da CNTSS/CUT a “Nossa Chapa”;
- * Instrumentalizar tecnicamente os conselheiros das entidades sindicais para que os mesmos possam fazer boa intervenção nos espaços de representação;
- * Definir uma Política de reajuste da per capita da GEAP (negociar com o governo);
- * Cobrar do governo federal que assuma com 50% do custeio da GEAP (negociar com o governo e ação jurídica);
- * Apresentar Irineu Messias nas bases dos sindicatos como o nosso candidato. Fazer discussão política sobre os avanços da nossa gestão na GEAP;
- * Instituir comissão sindical estadual de fiscalização da utilização do plano (com reuniões periódicas), com articulação com o conselho de administração;
- * Realizar seminário nacional para discutir futuro da GEAP e CAP SAÚDE;
- * Realizar seminário nacional para discutir PREVIC (pecúlio)
- * Todos os sindicatos da base da CNTSS/CUT oficializarem apoio à “Nossa Chapa” e traçar estratégias de mobilização dos eleitores, estabelecendo uma meta mínima de cota de participação no pleito eleitoral;

7. ENCAMINHAMENTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA CNTSS NOS FÓRUNS NACIONAIS

- * Os plantonistas deverão garantir a participação no Fórum da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência, Auditoria da Dívida Pública e dos Servidores Federais;
- * Solicitar ao Sindsprev-DF assumir participação em reuniões dos Fóruns, caso seja identificado impossibilidade de participação dos plantonistas.

8. MOÇÕES APROVADAS AO FINAL DO ENCONTRO

MOÇÃO: EM DEFESA DO SERVIÇO SOCIAL E DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

A CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social e seus Sindicatos, reunidos em Plenária Nacional nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2017, vem, por meio desta Moção, repudiar as medidas adotadas pela direção do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social no sentido de descaracterizar e enfraquecer o Serviço Social Previdenciário e o Serviço de Reabilitação Profissional desta instituição.

O Serviço Social, a Reabilitação Profissional e a Perícia Médica constituem áreas técnicas estruturais da Diretoria de Saúde do Trabalhador do INSS. Contudo, por meio de uma medida autoritária e unilateral, que visa dismantelar estes serviços previdenciários que restringe o acesso da população a seus direitos, a direção do INSS vem adotando ações no sentido de fragilizar estas áreas.

Desta forma, repudiamos a Portaria nº 22/DIRSAT/INSS, de 29 de setembro de 2016, que exonerou em massa as representações de Serviço Social e Reabilitação Profissional das Superintendências Regionais do Instituto Nacional do Seguro Social. Assim como as imposições institucionais que são contrárias a autonomia técnica e ética dos profissionais desses dois serviços. Repudiamos também o Despacho Decisório nº 34, publicado em janeiro de 2017 pela DISART/INSS, que altera o Manual Técnico da Reabilitação Profissional com intuito de transferir as decisões da equipe técnica multiprofissional para decisão exclusiva da Perícia Médica.

Portanto, exigimos a revogação imediata da portaria nº 22 e do Despacho Decisório nº 34 e a efetivação de condições éticas e técnicas para oferecer aos usuários da política de previdência o acesso ao Serviço Social e ao serviço Reabilitação Profissional como preconiza o artigo 88, que trata do serviço social e dos artigos 89 a 93, da reabilitação profissional, da lei nº 8213/1991 e suas alterações.

Recife, 11 de fevereiro de 2017.

MOÇÃO: EM DEFESA DO INSS E A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO SEGURADO

Os servidores do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social reunidos em Recife nos dias 10 e 11 de fevereiro para participar do Encontro dos Servidores Federais e da Plenária Nacional promovidos pela CNTSS/CUT - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social debateram as seguintes propostas: Teletrabalho, o novo portal do INSS com o link "O meu INSS", Memo 34, o REAT e IMA/GDSS, Insalubridade e o Comitê Gestor para criação da carreira do INSS.

A Direção Geral do INSS em Brasília anunciou, no segundo semestre de 2016, a criação de um novo modelo de atendimento ao cidadão, onde iriam oferecer ferramentas para melhoria no atendimento nas Agências da Previdência Social, entre eles o TELETRABALHO, onde seria ofertado ao servidor do INSS, que trabalha na Retaguarda das APS executando a análise e concessão de benefícios, a possibilidade de trabalhar em casa. Com esse modelo foi prometido "uma melhoria" na qualidade de vida do servidor que poderia organizar seu horário de trabalho de acordo com suas necessidades pessoais, no entanto, com uma carga de processos dentro de uma meta definida semanalmente para o servidor que optasse pelo modelo.

Ocorre que o modelo vendido pela Direção Geral começou a ser testado na Gerência de Mossoró num projeto piloto, onde os servidores estão realizando as tarefas referente ao serviço proposto dentro da própria APS. A CNTSS/CUT alerta aos servidores interessados no projeto que o modelo de trabalho oferecido pelo INSS, sem a mínima estrutura necessária para o seu desempenho, implicará em mais uma sobrecarga na quantidade e qualidade dos serviços ao servidor que terá que atingir metas sem o acompanhamento direto de apoio aos problemas dos sistemas operacionais que com muita frequência fica indisponível.

Solicitamos a suspensão e a ampla discussão do Memorando 34, que determina que 40% dos servidores das APS devem ser direcionados para o atendimento aos serviços agendáveis, sem levar em consideração os afastamentos dos servidores por motivo de doença e de outras licenças legais e do elevado número de aposentadorias, acarretando um aumento na carga de trabalho dos servidores da linha de frente que habilitam e concedem os benefícios para atendimento do IRES, ao mesmo tempo discrimina os servidores que não possuem capacidade técnica para análise e concessão de benefícios.

O novo portal que será oferecido ao cidadão para que ele tenha um atendimento mais rápido e anunciado nos canais remotos do INSS, o Meu INSS, vai garantir uma melhoria na agilidade do atendimento espontâneo, mas será também ampliado para requerimentos que hoje são realizados exclusivamente por servidores, dentro das APS, também serão afetados pelas inconsistências dos sistemas operacionais da instituição.

A maioria da população que necessita do INSS tem dificuldade de assimilar as tecnologias de informação, conseqüentemente essa ferramenta será uma forma de jogar o segurado nas mãos de advogados que oferecem seus serviços nas portas das Agências da Previdência Social e a judicialização dos requerimentos.

Reformulação da Orientação Normativa 74 do Ministério do Planejamento, em cumprimento do acordo da greve de 2015, bem como a revisão da Orientação Normativa nº 06/SEGEP/MP, de 18 de março de 2013, para enquadramento e pagamento da insalubridade aos servidores administrativos, que trabalham com atendimento ao público.

Suspensão do REAT até que se apresente um novo formato discutido com as entidades representantes dos trabalhadores e a administração e a manutenção do IMA/DASS em 67 dias conquistados com a greve de 2015.

Solicitamos a imediata participação no grupo que foi criado recentemente pela Direção Geral para encaminhamentos do Comitê Gestor para criação da Carreira do Seguro Social, das entidades representativas dos trabalhadores.

Recife, 11 de fevereiro de 2017.